

João Batista
Araújo e Oliveira *

Dois fatores transformam radicalmente as opções de que dispõe o país para orientar suas políticas de desenvolvimento econômico nas próximas 470 semanas que faltam para o final do milênio. De um lado o domínio de inovações tecnológicas nos processos de produção de bens e serviços separa os países que irão competir vantajosamente nos mercados internacionais dos demais. Por outro lado, o tempo para se capacitar para esta competição é muito curto, devido à aceleração das inovações e da rapidez com que se amplia o fosso entre os que têm ou não competência tecnológica.

O Brasil encontra-se numa condição particularmente curiosa para enfrentar esse duplo desafio. É verdade que somos um dos poucos países do terceiro mundo a alcançar um nível bastante razoável de desenvolvimento industrial e mesmo científico e tecnológico. Mas também é verdade — e aí encontra-se a dificuldade maior — que esse desenvolvimento está assentado numa pequena cúpula sem uma base ampla de pessoas competentes e inviabiliza nossa participação no mundo tecnológico. Isto porque a educação básica de toda a população tornou-se uma condição indispensável para ingressar no seleto clube dos países tecnologicamente capacitados. Ou seja, dos países economicamente competitivos. Face ao sucesso do passado, este tema nunca preocupou nossas autoridades econômicas e empresariais. Agora, no entanto, se torna inevitável e inadiável, sob pena de comprometer o plano maior de desenvolvimento. A educação muda de fôlego, passa a ser um assunto da maior importância econômica.

A opção que se coloca, nas próximas 400 e poucas semanas, é ou escalar a montanha que nos leva ao primeiro mundo, competindo com base numa força de trabalho altamente educada e flexível, ou descer e morrer em competição em condições de desigualdade de condições, com uma força de trabalho tão desqualificada como a nossa, mas com níveis salariais e expectativas ainda mais baixas do que as nossas.

No meio a tantas mudanças, há algumas verdades que continuam válidas: a correlação entre nível educacional e desenvolvimento econômico é tão forte que sugere, embora sem comprovação definitiva, uma relação de causa-efeito. Se é o ovo ou a galinha que veio primeiro não importa, mas os dois sempre andam juntos. Não há exceção conhecida. Dito de outra forma: os modelos clássicos de mercado e de política industrial deixam sem explicação residuais de crescimento econômico que chegam a 50% ou mais do produto bruto. Recentes pesquisas do sueco Eliasson, por exemplo, reconfirmam a importância da acumulação do capital humano (*know-how* técnico e comercial) associada com a flexibilidade na alocação dos fatores de trabalho para explicar grande parte desse resíduo. Ou seja: sem capital humano não há dinheiro e equipamento que gerem desenvolvimento.

Com efeito, a história econômica continua preche de exemplos da relação entre educação e desenvolvimento econômico, e reforça a hipótese de uma causalidade. A indústria gráfica, por exemplo, só floresceu com a alfabetização. Uma prova: no Brasil, edita-se meio livro por habitante, contra oito a 10 em média, na Europa. Da mesma forma hoje se observa que a indústria da informática só se desenvolve em países com população tecnológica compatível com uma população alfabetizada em computação. Um outro exemplo: diversos países industrializados estão entrando no leilão por talentos de Hong-Kong, temerosos pela volta do domínio chinês. Alguns países estão concedendo vistos e pagando altos prêmios para obterem essa mão-de-obra especializada. Cingapura, por exemplo, está economizando o equivalente a cinco anos de investimento em formação profissional com a importação de 50.000 desses técnicos de alto nível. Os exemplos da Alemanha em 1945 e em 1990 continuam gritantes, investir na Alemanha em 1945, como hoje, continua sendo um bom negócio. O segredo: o capital humano, que não foi dilapidado.

Da mesma forma, continuam válidas e altas as correlações entre a proporção de engenheiros na população total e o nível de desenvolvimento técnico: 1,7 para a Alemanha e 4,2 para o Japão. Ademais, descobre-se que não só o currículo, mas sobretudo a orientação prática e empresarial desses cursos, é vital para a formação de uma mão-de-obra altamente produtiva. Enquanto isso a Fiat, em Betim, não consegue atrair pessoas com oito anos de escolaridade para trabalhar como operários, porque estas pessoas, que tiveram a sorte de concluir o primeiro grau, têm vergonha de ser operários e preferem tentar a sorte em outras profissões de maior status. Isto obriga as empresas a investir pesadamente na reconversão de mão-de-obra semi-alfabetizada, aumentando seus custos, comprometendo sua produtividade e, assim, diminuindo sua competitividade.

As evidências sobre a relação entre educação e desenvolvimento são abundantes, mas não são novas. O problema é que até aqui parece que nos demos bem, e não estamos conseguindo enxergar a exaustão desse modelo — o que já fizeram, por exemplo, vários países asiáticos, que a cada dia nos passam mais para

trás. O que há de novo com a tecnologia, que torna obsoleto nosso modelo de desenvolvimento econômico e industrial?

O mundo industrial tecnológico moderno apresenta duas novas exigências: aumenta a base de conhecimentos necessários para produzir e a indústria requer um alto grau de flexibilidade de sua mão-de-obra. Conseqüência: o sistema produtivo só pode operar com base numa sociedade altamente educada, tanto no sentido de educação geral — que permite flexibilidade para aprender ao longo do tempo —, quanto no sentido de capacitação técnica — que assegura a competência para o curto prazo. Requer, portanto, uma força de trabalho capaz de adaptar-se rapidamente às mudanças exigidas pela volatilidade dos mercados e pela inovação tecnológica. Isto gera requisitos de um ensino básico universalizado e a disseminação de uma cultura técnica.

O ensino básico de boa qualidade acessível a todos se impõe por uma série de razões puramente econômicas. Primeiro, porque a sociedade industrial tecnológica requer um número muito maior de pessoas habilitadas, inclusive para desempenhar funções que hoje requerem conhecimentos relativamente reduzidos. Segundo, porque é economicamente eficiente aumentar a base de escolha de onde sairá a mão-de-obra técnica e especializada. Em terceiro lugar, porque tal sociedade requer a disseminação de uma cultura técnica que não se limita aos engenheiros e técnicos. Também os operários precisam de um mínimo de cultura geral e técnica para entender, comunicar e participar das mudanças rápidas que se operam no interior da indústria. Mudanças tecnológicas já têm levado ao retraining de muitos desses operários para funções técnicas, como já se pode ver na

indústria automobilística e eletrônica, mesmo no Brasil. Esse retraining só pode ser eficaz e eficiente, se os indivíduos tiverem um mínimo de educação básica. Mesmo os operários indiretamente ligados à produção necessitam entender o que se está passando, e adquirir a mínima condição de participar, e, eventualmente, ascender a esse mundo.

As exigências de uma cultura técnica generalizada não se esgotam, no entanto, nos requisitos imediatos da indústria. A intensidade e o conteúdo de serviços embebidos nos novos produtos requerem uma sociedade e uma massa de mão-de-obra cada vez mais qualificadas. O mesmo é verdade no setor de serviços, cada vez mais baseado em produtos informatizados e que requerem uma base de conhecimentos e uma cultura técnica bastante ampla e difusa.

Finalmente, nesta lista de imperativos econômicos, surge a necessidade da educação de um consumidor sofisticado. Recentes pesquisas sobre a vantagem comparativa das nações confirmam a importância, para empresas que competem no mercado internacional, de uma sólida base de consumo nos seus próprios países de origem. Em outras palavras, a maior vantagem comparativa dessas indústrias repousa numa forte base doméstica como plataforma para o sucesso internacional. Isto se dá porque somente um consumidor bem-educado e com um mínimo de cultura tecnológica adquire produtos sofisticados e é capaz de exigir serviços e produtos de qualidade. Sem o que a indústria não recebe desafios e incentivos suficientes para buscar seu contínuo aprimoramento.

Neste momento, o Brasil parece viver uma perplexidade em relação à questão educacional: existe um consenso sobre o problema central, ou seja, a má qualidade do ensino básico. A solução é óbvia — universalizar o ensino básico com qualidade. Mas a sociedade continua perplexa diante do óbvio.

Alguns empresários mais lúcidos e pragmáticos tentam resolver os problemas por sua própria conta — mas acabam se limitando a soluções localizadas, sem maior impacto. A universidade, os intelectuais e outras elites não conseguem aprofundar a discussão sobre as bases desse consenso. Alguns subgrupos tentam soluções mirabolantes, sem se esforçar em entender e adaptar o que já deu certo na maioria dos outros lugares que já equacionaram a questão da educação básica.

O governo, por sua vez, prefere ignorar a questão e age como se os paliativos e estratégias dos anos 60 ainda fossem capazes de nos levar a qualquer lugar. O presidente, enfim, não parece ter sido particularmente alertado para a gravidade do problema e a importância do fator tempo. Se deixar para agir no final de seu mandato, já terá sido tarde, pois então já estaremos indo morro abaixo, a pouco mais de 200 semanas do novo milênio. É verdade, no entanto, que o presente governo já demonstrou que sabe recuar para depois avançar na direção certa, e, portanto, apesar do comportamento errático que vem demonstrando no setor educacional, deixa aberta a porta da esperança.

O problema da educação básica não é só um problema de sociedade, é um problema de toda a sociedade. No entanto, cabe ao governo articular e liderar o processo de equacionamento da questão. Sem isto, as propostas, por boas que sejam, caem no vazio. Resta buscar um agente catalisador. Dada a importância econômica que assume a questão da escola básica, o Ministério da Economia, responsável pelo planejamento, orçamentos e regras de alocação de recursos, não poderia aproveitar o espaço vazio deixado pelo MEC, assumir a condução da questão e tomar a si a empreitada?

O Brasil alcançou um nível razoável de desenvolvimento tecnológico. Mas a base onde ele se assenta tem poucas pessoas competentes.